

RELATÓRIO ANUAL DO PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NEA-BC

Março 2021

INTRODUÇÃO

Este relatório descreve as atividades desenvolvidas no período de março de 2020 a fevereiro de 2021 referentes à implementação do Projeto NEA-BC, que atende às condicionantes específicas das Licenças de Operação estabelecidas pelo IBAMA das seguintes atividades: P-38/P-40, no Campo de Marlim Sul - RLO Nº 180/2001; P-43, no Campo de Barracuda - RLO Nº 416/2004; P-48, no Campo de Caratinga - RLO Nº 429/2005; P-50, no Campo de Albacora Leste - RLO Nº 537/2006; P-51, no Campo de Marlim Sul - LO Nº 805/2008; P-52, no Campo de Roncador - RLO Nº 685/2007; P-53, no Campo de Marlim Leste - LO Nº 792/2008; P-54, no Campo de Roncador - RLO Nº 695/2007; P-55, no Campo de Roncador - LO Nº 1208/2013; P-56, no Campo de Marlim Sul - RLO Nº 1040/2011; P-62, no Campo de Roncador - LO Nº 1243/2014; RG-3/ RG-4, no Campo de Roncador - RLO Nº 078/2000; PDET, Campos de Marlim Sul, Leste e Roncador - RLO Nº 684/2007; PDEG/ AMEG, Ampliação do Escoamento de Gás – Nº LO 596/2007; Atividade de Perfuração na AGBC - RLO Nº 782/2008; FPSO Cidade de Santos, Campos Uruguá e Tambaú, e Gasoduto Uruguá-PMXL-1 - LO Nº 941/2010; FPSO Cidade de Ilhabela, Campo de Sapinhoá - LO Nº 1274/2014; FPSO Cidade de Itaguaí, Campo de Lula - LO Nº 1307/2015; FPSO Cidade de Maricá, Campo de Lula - LO Nº 1327/2016; FPSO Cidade de Saquarema, Campo de Lula - LO Nº 1341/2016; FPSO P-66, Campo de Lula - LO Nº 1387/2017; FPSO P-74, Campo de Búzios - LO Nº 1439/2018; FPSO Pioneiro de Libra - LO Nº 1397/2017; FPSO Cidade de Niterói, no Campo de Marlim Leste - LO Nº 820/2009; FPSO Cidade de Paraty, no Campo de Lula - LO Nº 1157/2013; FPSO Cidade de Mangaratiba, no Campo de Lula - LO Nº 1263/2014; FPSO Cidade de Santos, Gasoduto Uruguá-PMXL-1 - LO Nº 941/2010; FPSO Cidade de Ilha Bela, no Campo de Sapinhoá - LO Nº 1121/2013; FPSO Cidade de São Paulo, no Campo de Sapinhoá - LO Nº 1120/2012.

1 – Nome do programa

Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC) conduzido pelo Ibama.

2 – Número da região

O Projeto NEA-BC é desenvolvido por meio de metodologias participativas junto às comunidades da área de influência da empresa em 13 municípios do Estado do Rio de Janeiro, na Região 05.

3 – Nome do projeto

O Projeto de Educação Ambiental Núcleo de Educação Ambiental da Região da Bacia de Campos (NEA-BC).

4 – Estados envolvidos e nomes dos municípios contemplados

A área de abrangência do Projeto NEA-BC corresponde às localidades inseridas em 13 municípios Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Casimiro de Abreu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras, São Francisco do Itabapoana, São João da Barra e Saquarema, estado do Rio de Janeiro, na região da Bacia de Campos.

5 – Recorte espacial com detalhamento e identificação de todas as localidades e comunidades

Quadro 1: Localidade e comunidades

Núcleos	Bairros/comunidades
Araruama	Centro, Iguabinha, Praia Seca, Morro Grande e São Vicente.
Armação dos Búzios	Rasa, Cem Braças, Geribá, Manguinhos, Maria Joaquina, Brava
Arraial do Cabo	Praia, Monte Alto, Parque das Gaivotas, Praia dos Anjos, Figueira, Sabiá e Caiçara.
Cabo Frio	Unamar, Jardim Esperança, Monte Alegre, Boca do Mato, Centro, Vila Nova, Jardim Caiçara, São Cristóvão e Praia do Siqueira, Botafogo, Maria Romana, Maria Joaquina, Espírito Santo e Preto Forro, Paria do Siqueira, Gamboa, Tamoios, Ponta do Ambrósio e Passagem.
Campos	Farol de São Tomé (Farolzinho, Xexé, Vila do Sol, Centro, Rádio Velho, Vila dos Pescadores e Lagamar), Baixa Grande, Goitacazes, Joquei.
Carapebus	Ubás, Fundão, Centro, Morro do Oscar Brito, Praça Cordeiro, Assentamento João Batista Soares, Imbiú, Morrinhos, Botafoguinho, Sapecado, Córrego Grande
Casimiro de Abreu	Distrito Barra de São João: Peixe Dourado, Peixe Dourado 2, Vila Nova, Nova Barra, Centro, Bairro São João (Arroz).
Macaé	Lagomar, Parque Aeroporto, Fronteira, Miramar, Granja dos Cavaleiros, Nova Macaé, Frade, Glicério, Nova Holanda e Barreto, Centro, Visconde

	de Araújo, Aroeira e Imbetiba.
Quissamã	Santa Catarina, Sítio Quissamã, Alto Alegre, Matias, Centro, Barra do Furado, Machadinha, Caxias e Piteiras.
Rio das Ostras	Centro, Boca Boca da Barra, liberdade, Guaiamum, Jardim Mariléia, Ouro Verde, Terra Firme, Village, Atlantico, Âncora, Enseada das Gaivotas, Recanto, Extensão do Bosque, Cidade Beira Mar, Recreio, Nova Cidade e Cidade Praiana.
São Francisco de Itabapoana	Barra de Itabapoana, Travessão de Barra, Praça João Pessoa, Boa Sorte, Coréia, Guaxindiba, Sossego, Santa Clara, Gargaú, Centro, Imburi de Campos, Volta Redonda, Nova Belém, Lagoa Feia, Barrinha e Deserto Feliz
São João da Barra	Atafona, Centro, Grussaí, Cajueiro, Açú, Mato Escuro, Água Preta, Bajuru, Sabonete, Palacete, Alto do Cardeiro – Azeitona, Quixaba, Capela de São Pedro, Pipeiras, Vila da Terra e Barcelos
Saquarema	Bacaxá, Porto da Roça, Madressilva, Bicuiba, Jaconé, Retiro, Gravatá, Vila, Barra Nova, Serra do Mato Grosso.

6 – Relação cronológica dos eventos realizados

Seguem na tabela abaixo as principais atividades realizadas na região. Todas essas estão detalhadas no Anexo I – Planilha de Atividades.

Quadro 2: Municípios e principais atividades desenvolvidas entre mar/20 e fev/21.

MUNICÍPIO	PRINCIPAIS ATIVIDADES
Araruama	<ul style="list-style-type: none">- Participação desde setembro nas reuniões do Conselho da Área de Proteção Ambiental de Massambaba. Em out/20 conquistou cadeira como representante.- Nov/20 – encaminhamento de carta compromisso aos candidatos à Prefeitura na eleição de 2020, tendo a adesão de um candidato à Prefeitura e um candidato à vereança.
Armação dos Búzios	<ul style="list-style-type: none">- Set/20 - participação da audiência pública para apresentação do Programa Municipal de Meio Ambiente, com apresentação de oito propostas.- Dez/20 – realização de roda de conversa sobre a possibilidade de transposição dos efluentes da Lagoa de Araruama para o Rio Una, em parceria com o grupo de Cabo Frio.
Arraial do Cabo	<ul style="list-style-type: none">- Realização de três formações abertas à comunidade, sendo duas voltadas ao Plano Diretor. Em agosto e setembro o GGL participou das audiências públicas de revisão do Plano.- Elaboração de dossiês do Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Meio Ambiente e do histórico do saneamento básico no município.
Cabo Frio	<ul style="list-style-type: none">- Jul/20 – participação em reunião do Fórum de Juventudes Cabofrienses, um espaço de articulação integrado também pelo Projeto Rema e outras instituições, para criar um Conselho Municipal de Juventude com composição democrática.- Ago/20 – reunião para analisar a minuta do Plano Municipal de Meio Ambiente. Em setembro e outubro, participou de três reuniões do grupo de trabalho (GT) para construção do Plano, nas quais

	apresentou propostas que foram aprovadas.
Campos dos Goytacazes	<ul style="list-style-type: none">- Jun/20 – participação na audiência pública da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), onde todas as propostas apresentadas foram aprovadas. Em novembro, o grupo participou da audiência pública da Lei Orçamentária Anual (LOA), com apresentação de propostas.- Participação ativa no Conselho Municipal de Meio Ambiente e Saneamento, no Comitê Gestor do Projeto Orla e no Comitê de Bacias Hidrográficas do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana. Em fev/21, o grupo conquistou cadeira no Conselho Municipal de Saúde.
Carapebus	<ul style="list-style-type: none">- Set/20 – participação na audiência pública para o Plano Municipal de Saneamento Básico, na qual foram apresentados questionamentos sobre o plano e propostas para a cidade.- Dez/20 - o grupo acompanhou três sessões da Câmara Municipal com o objetivo de apresentar propostas para a Lei Orçamentária Anual, mas não foi realizada audiência pública nem possibilitada a apresentação de propostas pela sociedade. A Associação Raízes, representando o grupo, solicitou suporte ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, tendo em vista o descumprimento legal.
Casimiro de Abreu	<ul style="list-style-type: none">- Jul/20 – participação no V Fórum de Cultura, que teve por objetivo a eleição de um conselheiro titular e dois conselheiros suplentes para ocuparem vagas de vacância. A Associação Raízes tomou posse no Conselho Municipal de Políticas Culturais, em junho de 2020.- Out/20 – realização de um grupo de trabalho com as representantes no Conselho Municipal de Habitação, Saneamento e Urbanismo para alinhar informações e estratégias. O grupo conquistou cadeira neste espaço colegiado em setembro de 2020.
Macaé	<ul style="list-style-type: none">- Out/20 – participação na audiência pública sobre o projeto de implantação da Usina Termelétrica Norte Fluminense 2, em que tomou conhecimento de informações relevantes sobre o processo de licenciamento ambiental relativo ao projeto.- Participação da pré-audiência pública de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, em que apresentaram diversas propostas para o município.
Quissamã	<ul style="list-style-type: none">- Jul/20 – o núcleo realizou um grupo de estudo sobre o licenciamento ambiental dos oleodutos do Projeto Spot (Açu x Barra do Furado) como preparação para a audiência pública, ocorrida no mesmo mês, na qual foram apresentados diversos questionamentos, que foram respondidos pelas autoridades presentes.- Jan/21 - após solicitação por ofício, o grupo participou de uma reunião com a Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Urbanismo para dialogar sobre o processo de revisão do Plano Diretor e apresentou como proposta a priorização das previsões do plano nas peças orçamentárias.
Rio das Ostras	<ul style="list-style-type: none">- Set e out/20 - representação nas oficinas para construção do Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro. No mês de dezembro, participou da consulta pública do Plano e identificou a inclusão do conceito de educação ambiental não-formal no documento, conforme proposto pelo grupo.- Participação ativa em reuniões dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente e Saúde, que retomaram suas atividades presenciais em junho.
São Francisco de	- Jun/20 – participação na audiência pública da LDO e apresentação

Itabapoana	<p>de nove propostas, das quais três foram aprovadas. Em dezembro, participou da audiência pública da LOA, também com apresentação de propostas.</p> <p>- O grupo participou de três reuniões da Comissão de Monitoramento do Porto Central e dos II, III e IV Seminários promovidos pela comissão, nos quais foram debatidas questões pertinentes aos impactos positivos e negativos do empreendimento no município e região.</p>
São João da Barra	<p>- Jun/20 – o grupo realizou um grupo de estudo de preparação e participou da audiência pública da Linha de Transmissão 500kV Açú - Campos 2, na qual apresentou três perguntas, que foram respondidas, com a aprovação de uma proposta.</p> <p>- Jul/20 - participação na audiência pública da LDO e, em dezembro, da audiência da LOA. Nas duas, todas as propostas apresentadas foram aprovadas.</p>
Saquarema	<p>- Jul e Ago/20 – realizou grupos de estudo sobre o Plano Diretor de Saquarema. De setembro a dezembro, participou de audiências públicas de revisão do Plano. Em dezembro, foi protocolada a proposta para a revisão da lei.</p> <p>- O grupo manteve, desde julho, grupos de trabalho para alinhamento e organização do monitoramento (2017 a 2019) da Câmara de Vereadores que culminou em setembro na edição especial Conexão Câmara, com a divulgação do resultado desse monitoramento.</p>

7 - Análise sucinta sobre o desenvolvimento do Projeto NEA-BC

Este relatório mostra a análise de resultados obtidos pelo Projeto em sua IV fase no período entre março de 2020 e fevereiro de 2021. O detalhamento dos resultados encontra-se nos Anexos II, VI e VII.

O projeto ancora-se em quatro objetivos específicos, conforme descrição abaixo:

1. Fortalecer a organização interna da Associação Raízes: **resultado 1** - Capacidade de gerir atividades formativas com as comunidades de forma transparente;
2. Fortalecer os Núcleos Operacionais (NOs) com condições para torná-los acessíveis e integrados à comunidade: **resultado 2** - Núcleos Operacionais com capacidade para atender as demandas dos Grupos Gestores Locais em relação a atividades formativas e pesquisas;
3. Construir e disseminar conhecimento sobre os impactos da cadeia produtiva de petróleo e gás natural a fim de fortalecer ações de participação comunitária na gestão socioespacial: **resultado 3** – Grupos

Gestores Locais capacitados em relação aos impactos da cadeia do petróleo na dinâmica socioespacial.

4. Participar da gestão ambiental por meio do diálogo e acompanhamento na formulação e fiscalização das políticas públicas que promovam equidade sobre as questões socioespaciais: **resultado 4** – Participação em espaços de controle social e alteração de políticas públicas.

Para cumprimento do **objetivo 1**, referente ao resultado 1, destaca-se o início da IV Fase em março, mês em que a pandemia da Covid-19 chegou ao país, no qual se instaurou o isolamento social como medida para conter a contaminação pelo vírus e a sobrecarga do sistema de saúde. Na ocasião, as 14 sedes do projeto foram fechadas e a equipe passou a atuar na modalidade de *home office*. De imediato, organizou-se um plano de comunicação estruturado com os seguintes eixos: adaptação das atividades educativas e mobilização ao modelo remoto; produção e disseminação de informações sobre a pandemia; realização de entrevistas e *lives* sobre os temas afetos ao projeto e criação de uma plataforma de educação à distância, num ambiente virtual de aprendizagem; além de um diagnóstico junto aos Grupos Gestores Locais.

A fim de planejar ações para o período e dar continuidade ao projeto, realizou-se diagnóstico acerca das condições de participação e interesse nas atividades do NEA-BC, além da identificação de participantes do grupo de risco e aderência ao isolamento social. O diagnóstico (Anexo IX) constitui um elemento fundamental para análise das realidades locais dos grupos gestores e tomada de decisão para adaptação das atividades no período da pandemia. Na ocasião, dos 216 Sujeitos da Ação Educativa (SAEs) que participavam do projeto, 188 responderam o primeiro questionário e 177, o segundo. Os principais resultados foram: 81% afirmaram o cumprimento do isolamento social; 94% apresentaram interesse em participar das atividades no modelo remoto, indicando temas e metodologias, horários prioritários, ferramentas e mídias que possuíam acesso, além das dificuldades com equipamentos e acesso à internet. Assim, foi possível ampliar as estratégias do plano de

comunicação e apresentar proposta à operadora para aquisição de equipamentos (tablet e case com teclado), contratação de serviço de internet (internet móvel de 20 GB), para os Sujeitos da Ação Educativa, e contratação de sites e aplicativos para produção de material didático, peças de comunicação (Anexo III) responsivas e realização de *lives* (VideoScribe, Powtoon, Genially e Stream Yard), tendo em vista que a forma de acessar a internet pela maioria (89%) era pelo WhatsApp no celular.

Os encontros trimestrais triangulam atividades de monitoramento e avaliação, planejamento e capacitação da equipe. Do ponto de vista cronológico, os dois primeiros encontros (fevereiro e maio/20) contemplaram estratégias teórico-metodológicas para a construção de atividades educativas na modalidade remota e na Linha C. No início da pandemia a equipe de gestão se capacitou para o uso de ferramentas digitais (audiovisual, animação, imagens e apresentações interativas, mapas mentais) para realizar oficinas nos encontros com a equipe. Após as capacitações, a equipe se dividiu em Grupos de Trabalho para produzir materiais didáticos acerca do Orçamento Público; Ferramentas Digitais para participação social; Linha de Ação C; e Políticas Públicas (temas elencados pelo plano de trabalho e pelos SAEs no diagnóstico). Os materiais produzidos e as novas ferramentas utilizadas de forma coletiva evitaram a sobrecarga e a sobreposição na produção de materiais adaptados para uso responsivo (computador, tablet e celular), além de ampliarem a atuação dos Grupos Gestores Locais na produção peças de comunicação.

No Encontro Trimestral do mês de novembro, a capacitação abordou o tema dos indicadores voltado para diagnóstico, análise e intervenção nas políticas públicas. No encontro seguinte, os indicadores foram abordados a partir da formulação de propostas para o Plano Plurianual e a equipe pôde exercitar as etapas para a construção de proposta de acordo com as realidades locais por meio de metodologias participativas.

Em função do distanciamento social, atividades foram adiadas pela necessidade de construção coletiva e priorização de outras ações no modelo remoto, a saber: capacitação dos associados em temas referentes à gestão e

ao associativismo; realização de encontros nos Núcleos com os GGLs, para formação e avaliação e elaboração documentos referentes à gestão da Associação (Código de Ética, Manual de Comunicação, Manual para Produção de Eventos).

Os associados retomaram as atividades coletivas na modalidade remota em janeiro de 2021, com a assembleia para aprovação das contas de 2019, que havia sido adiada em março de 2020. Na ocasião, planejaram as atividades de capacitação, elaboração de notícias e avaliação nos núcleos para o primeiro semestre do ano corrente. Produziram uma notícia no mês de janeiro a fim de divulgar a participação da equipe no XXVIII Colóquio da Afirse (Association Francophone Internationale de Recherche Scientifique en Education) Portugal, com a apresentação do simpósio em modalidade remota com o título Contra-hegemonias na Educação de Pessoas Jovens e Adultos – experiências no Brasil e em Portugal, por meio do trabalho Educação Ambiental Crítica e Organização Comunitária: A Importância da Educação Popular no Contexto Brasileiro e a Comunicação Oral O monitoramento das ações do Poder Legislativo como ferramenta de educação de jovens para o fortalecimento da cidadania no Brasil.

No que se refere à transparência da instituição, a postagem da prestação de contas no sítio da instituição tem frequência mensal. A fim de cumprir o Plano de Trabalho e melhorar a transparência, no mês de março será postado o relatório anual de atividades numa versão resumida para facilitar a análise dos resultados por parte dos participantes do projeto e da sociedade.

Ainda no campo da elaboração de documentos, no mês de setembro se concluiu o memorial institucional. Destaca-se que o documento resgata o papel da instituição, bem como sua missão e áreas de atuação, e consiste num pré-requisito para a participação de seleções em espaços de controle social. No mesmo mês, com objetivo de divulgar e construir conhecimento acerca da Linha de Ação C, a comunicação produziu um infográfico, divulgado nas mídias sociais do projeto.

O diagnóstico acerca dos impactos da indústria do petróleo e gás acerca as questões socioespaciais encontra-se na etapa de coleta de dados secundários

nas bases de dados oficiais (IBGE, CAGED, DATASUS, dentre outros) e levantamento dos impactos identificados nos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) dos empreendimentos da Petrobras. Os dados estão sendo registrados, por município, num livro de código do Excel. Para avançar no campo da pesquisa e cumprimento da meta do Plano de Trabalho, a operadora concedeu autorização à contratação de outro pesquisador por um ano.

Ainda no campo da pesquisa, apesar de não haver previsão no Plano de Trabalho, a Associação iniciou no mês de dezembro o planejamento para criação de um grupo de pesquisa na instituição. Para isto, convidou a equipe e os Sujeitos da Ação Educativa para debate e construção do grupo. No mês de janeiro, a reunião registrou a presença de 20 participantes e, em fevereiro, 22 entre membros da equipe e comunitários. Assim, delimitou-se o objetivo geral de “construir e disseminar conhecimentos a partir de saberes populares e científicos para transformação da realidade em busca de uma sociedade justa e sustentável” e os possíveis problemas e questões para a construção das linhas de pesquisa.

O resultado 2, referente ao **objetivo 2**, busca fortalecer os núcleos operacionais tornando-os acessíveis e integrados à comunidade. Durante o período, a realização de 13 manutenções nos Núcleos Operacionais, a produção e divulgação de um curta-metragem, a disponibilização de um computador com acesso à internet e 13 acervos de livros que fomentem a pesquisa sobre políticas públicas não puderam ser realizados, tendo em vista desde março de 2020 as atividades presenciais do projeto NEA-BC estarem suspensas e os Núcleos Operacionais fechados em virtude da necessidade de distanciamento social ocasionado pela pandemia de Covid-19, seguindo determinações e orientações da Organização Mundial da Saúde bem como dos governos estaduais e municipais a fim de resguardar os participantes do projeto e a equipe técnica que acompanha e executa as atividades do Plano de trabalho. O curta-metragem já teve o seu roteiro aprovado pela Petrobras e pelo IBAMA, mas as cenas ainda não foram gravadas em virtude da suspensão das atividades presenciais. Dessa forma, as atividades supracitadas foram adiadas.

Acerca da criação/atualização e disponibilização de arquivos de memória com ações e saberes dos GGLs, criaram e atualizaram seus arquivos os grupos de Saquarema, São Francisco de Itabapoana, Macaé, Arraial do Cabo, Armação dos Búzios e Campos dos Goytacazes, totalizando seis arquivos atualizados. Em virtude da pandemia da Covid-19, os demais núcleos mantiveram o formato físico e aguardam o retorno das atividades presenciais para atualização. Os materiais são apresentados em formato de *book* fotográfico, ressaltando que o grupo de Arraial do Cabo criou um ícone disponibilizado na aba do município no site da Associação Raízes, com o nome Mural Virtual (site Google). O grupo de Saquarema também construiu um site Google para disponibilizar e divulgar o conteúdo do seu acervo de memória; o grupo de Campos dos Goytacazes disponibilizou na ferramenta Zoho; já o grupo de Macaé utilizou o formato de um livro de memórias. São Francisco de Itabapoana utilizou a ferramenta Genial.ly e Armação dos Búzios atualmente atualiza no Word, porém vai migrar para o Genial.ly.

As ações de mobilização foram realizadas de forma on-line, com postagens de peças de comunicação e notícias no Instagram, no Facebook e no site da Associação Raízes. Acerca da realização de 58 mobilizações nas comunidades e nos meios de comunicação para participação nas atividades dos GGLs, foram produzidos 35 vídeos e elaboradas 84 notícias com conteúdos sobre a gestão ambiental pública, a saber: orçamento público, medidas de prevenção ao novo coronavírus, cidadania e a estrutura e função dos Poderes Executivo e Judiciário, bem como do Ministério Público, além de divulgação e convite para as atividades on-line. Ainda, foram realizadas quatro *lives* para contemplar o plano de comunicação construído para ser executado em período de pandemia, nos temas Educação Ambiental Crítica para Gestão Ambiental Pública, Planejamento Urbano e Direito à Cidade, Impactos da Cadeia do Petróleo nas Questões Socioespaciais, e O Papel do Executivo e Legislativo Municipais, as três primeiras compostas por um debate entre um convidado especialista, um membro da equipe e um representante dos Grupos Gestores Locais. A última foi mediada por educadores sociais do projeto NEA-BC. Foram construídos além dos vídeos e notícias citados acima, um folder, sete cartazes

e dois sites (ferramenta Google) para divulgação de acervo de memória, todos em formato digital para divulgação on-line.

Em relação às redes sociais do projeto, no Facebook foram alcançadas 47.593 pessoas, o que representa um aumento de 201% em relação ao ano anterior; e possuía 2.574 seguidores em março de 2020 e 2.835 em fevereiro de 2021, apresentando um aumento de 261 seguidores. No Instagram, em março de 2020 existiam 717 seguidores e em fevereiro de 2021 o número subiu para 830, totalizando um aumento de 113 seguidores. O site da Associação Raízes teve o número de 5.985 usuários, que totalizaram 15.564 visualizações das páginas, dentre as quais as cinco mais visitadas do projeto NEA-BC foram as oportunidades de carreira, o monitoramento da Câmara de Saquarema, as notícias do projeto NEA-BC, a apresentação do projeto NEA-BC e a Carta Compromisso de Saquarema.

No diagnóstico realizado com os SAEs, os principais fatores de impedimento para a participação eram a ausência de equipamentos e serviços de internet. Após a entrega dos equipamentos e dos chips com pacotes de internet, nos meses de dezembro de 2020 e janeiro e fevereiro de 2021, foi possível identificar um aumento de 20% na média de participação em reunião de GGL, grupo de estudo e grupo de trabalho, cuja média foi de 65 participantes no trimestre de outubro, novembro e dezembro e de 81 em dezembro, janeiro e fevereiro de 2021. Ao fazer uma análise da participação incluindo todas as atividades do projeto NEA-BC em período de pandemia, bem como todas as formas de interação, dentre as quais estão WhatsApp, mensagem, ligação telefônica e participação nas atividades em geral, ressalta-se que em comparação ao ano anterior, houve uma redução de apenas 11% na participação, já que em fevereiro de 2020 havia 216 participantes e em fevereiro de 2021, 192. No decorrer do ano, o projeto NEA-BC recebeu 20 novos participantes, mobilizados pelo GGL e equipe, por atividades abertas a convidados externos, ou por visualização de notícia nas redes sociais do projeto.

Durante o período analisado, o resultado 3 referente ao **objetivo 3** foi cumprido através de diversas atividades de formação, tanto para os Grupos Gestores

Locais (mapeamentos, grupos de estudo e grupos de trabalho) como envolvendo o público externo (formações abertas, de acolhida, e elaboração e divulgação de peças de educomunicação).

Em março de 2020 e fevereiro de 2021, foram realizadas 247 formações para os membros dos Grupos Gestores Locais, divididos em 163 reuniões de GGL, 52 Grupos de Trabalho, 16 Grupos de Estudo e 16 atividades das Comissões Regionais do Projeto NEA-BC.

As reuniões de GGL proporcionaram o alinhamento de informações, devolutivas das atividades realizadas, planejamento das próximas ações, estratégias de atuação nos espaços de representação e participação, de diálogo com o poder público e para a intervenção em políticas públicas municipais. Cabe também destacar que as reuniões foram as ações preferenciais para apresentação dos resultados do trabalho dos bolsistas. Durante os meses de março e abril de 2020, somente os Grupos Gestores Locais dos municípios de Macaé, São João da Barra e Saquarema realizaram reuniões de GGL, dada a situação da pandemia da Covid-19 e o período de adaptação à nova realidade. Em maio, outros núcleos começaram a se reunir e, a partir de junho, todos os grupos gestores conseguiram se reunir ao menos uma vez no mês, de acordo com a disponibilidade e domínio da ferramenta digital de cada grupo, chegando a 19 reuniões realizadas no mês em outubro de 2020.

Os Grupos de Estudo visam o aprofundamento de temas pelo Grupo Gestor Local, que assim se prepara para as ações de participação e controle social. Iniciaram em maio de 2020, mantendo uma constância de um a dois estudos por mês. No período analisado, os GGLs que mais utilizaram esse tipo de atividade foram Araruama, Armação dos Búzios e Macaé, tendo também realizado estudos os núcleos de Casimiro de Abreu, Quissamã, Saquarema, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra. Foram desenvolvidas sequências didáticas em temas específicos, como em Macaé, para aprofundamento sobre o serviço público de saneamento básico a partir do Manual de Saneamento Básico da Fundação Nacional de Saúde (Funasa); em Araruama, sobre políticas públicas, mobilização e controle social voltado aos

recursos hídricos, focando na juventude e nos Comitês de Bacia Hidrográfica; e em Armação dos Búzios, para instrumentalizar o GGL para a representação nos espaços do Comitê de Bacia que tratam sobre a transposição de efluentes da lagoa de Araruama para o rio Una. Outros grupos, como em São João da Barra e Quissamã, estudaram sobre projetos de empreendimentos de significativo impacto no município para subsidiar sua participação e intervenção futura, respectivamente, da Linha de Transmissão 500kV Açu - Campos 2 e do oleoduto em Barra do Furado.

Outra atividade bastante utilizada como ferramenta de formação e preparação do GGL é o Grupo de Trabalho (GT), espaço para construção coletiva por meio da troca e disseminação de conhecimento sobre determinada temática. De cinco a seis grupos por mês, os GTs foram realizados por todos os núcleos e abrangeram temáticas e objetivos variados: planejamento e construção de evento; elaboração de notícias e peças de comunicação (vídeos e materiais informativos); estabelecimento de estratégias de atuação em representações e participações; e análise conjunta e construção de propostas a serem apresentadas ao poder público ou em espaços de decisão, como conselhos municipais ou Comitês de Bacia Hidrográfica. Em setembro e outubro, véspera das eleições municipais, diversos núcleos realizaram grupos para elaboração de propostas, estruturadas em cartas-compromisso, que foram encaminhadas aos candidatos e candidatas a prefeito (a).

As Comissões Regionais internas do projeto NEA-BC são espaços primordiais de articulação regional e atuação em instâncias de controle social territoriais, como os Comitês de Bacia Hidrográfica – Comissão Regional dos Representantes do Comitê de Bacias (RECOM), que se subdivide nas regiões hidrográficas VI (Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João - CBHLSJ) e VIII (Comitê de Bacia Hidrográfica Macaé e das Ostras – CBH Macaé); e a Comissão Regional de Saneamento Básico (COMSANBA), que abrange os mesmos municípios da RECOM RH-VI. Em dezembro de 2020, as comissões RECOM RH-VI e a COMSANBA se uniram e formaram uma comissão só – Comissão Regional de Recursos Hídricos e Saneamento Básico. Realizaram grupos de trabalho e reuniões de alinhamento em julho e agosto para tratar da

elaboração do Manual das Águas, material informativo sobre a gestão dos recursos hídricos e a participação ativa do projeto NEA-BC nessa política pública, ainda em processo de finalização. A RECOM RH-VI realizou grupos para aprofundamento de temas relevantes, como a transposição de efluentes para a despoluição da lagoa de Araruama e para traçar estratégias para a criação do Grupo de Trabalho de Juventude e Águas no âmbito do CBHLSJ. Já a COMSANBA organizou um bate-papo sobre a mudança do Marco Legal do Saneamento Básico. Enquanto Comissão Regional de Recursos Hídricos e Saneamento Básico, o grupo realizou duas reuniões em dezembro de 2020 e janeiro de 2021, com o intuito de organizar as ações da comissão e planejar os próximos passos.

Foram realizadas cinco formações abertas à comunidade, sendo três destas promovidas pelo GGL de Arraial do Cabo, duas sobre temas relacionados ao Plano Diretor e uma sobre juventude e conselhos de juventude, com participação dos PEAs Observação e REMA; e duas por Saquarema, uma sobre ICMS Ecológico e fortalecimento do sistema municipal de meio ambiente e outra sobre o planejamento e a execução orçamentária das políticas socioespaciais na gestão ambiental pública de Saquarema. As formações foram realizadas em formato de *live* (utilizando a plataforma virtual StreamYard) ou em ambiente de reunião virtual, através do Google Meet, e permitiram a troca de conhecimento e experiência entre os convidados e os participantes por meio dos chats interativos. Em média, as *lives* tiveram presença virtual entre 30 e 50 pessoas, e alcance de mais de 2.000 visualizações.

A formação de acolhida tem o objetivo de apresentar e contextualizar o projeto NEA-BC a novos participantes do Grupo Gestor Local, ou interessados em participar do mesmo. Ainda que a mobilização tenha sido afetada pelas circunstâncias decorrentes da pandemia, no período analisado houve cinco atividades nesse formato, nos núcleos de Araruama, Armação dos Búzios, Rio das Ostras e Saquarema, em que os GGLs receberam oito novos participantes com metodologia adaptada à realidade virtual. Em todos os casos, essa

atividade foi importante para contextualizar e tirar dúvidas sobre o projeto e resultou em novos membros para os grupos.

Por conta da pandemia, os intercâmbios ficaram suspensos até o retorno das atividades presenciais. Ainda assim, em fevereiro de 2021, o Grupo Gestor Local de Saquarema realizou um intercâmbio entre Núcleos Operacionais em atividade formativa sobre Plano de Manejo organizada pelo GGL de Arraial do Cabo.

Em relação à elaboração de material informativo para disseminação de conhecimento foram produzidos 19 materiais. Os Grupos Gestores Locais de São Francisco do Itabapoana e Saquarema deram continuidade aos seus boletins informativos, no momento somente em formato digital. Em Saquarema foi produzida uma edição especial do boletim, Conexão Câmara, com o resultado do monitoramento das atividades legislativas municipais de 2017 a 2019, com versão impressa e digital. Foram produzidos vídeos nos Núcleos de Armação dos Búzios, sobre Unidades de Conservação; em Quissamã, com o tema “Mobilize-se Já”; e em São João da Barra, sobre as eleições. De materiais gráficos, foi elaborado um folder com o tema "Quer mudar sua realidade?" em São João da Barra, e uma história em quadrinhos sobre a Linha de Ação C pelo GGL de Campos dos Goytacazes. Em Cabo Frio, o GGL elaborou um infográfico sobre monitoramento do orçamento público, os “Detetives do Orçamento”, e a gestão do projeto produziu um sobre o Projeto NEA-BC na IV Fase. Os bolsistas contribuíram bastante com esse resultado. Nos Núcleos de Arraial do Cabo, São Francisco do Itabapoana, Araruama, Cabo Frio, Casimiro de Abreu e Armação dos Búzios os bolsistas produziram um infográfico do Plano Diretor de seu município. Além disso, os bolsistas de Cabo Frio, Quissamã e Saquarema elaboraram um jogo digital chamado “Impactos do Petróleo”; os bolsistas de Arraial do Cabo, São João da Barra e São Francisco do Itabapoana, um jogo sobre controle social; e os bolsistas de Araruama, Armação dos Búzios e Casimiro de Abreu, um jogo sobre a Linha C e Plano Diretor.

A entrada nesta fase na Linha de Ação C da Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA 01/2010 introduziu ações relacionadas diretamente com

o estudo e a atuação nas questões socioespaciais dos municípios. Em relação ao mapeamento das legislações que interferem nas questões socioespaciais no âmbito do município, totalizaram 65 atividades. Inicialmente foi executada somente pela equipe técnica (educadores sociais, Assistente Mobilização e Logística - AMLs e bolsistas), em regime de *home office*, nos meses de março e abril. Os educadores desenvolveram o planejamento da atividade e realizaram o levantamento das legislações federais, estaduais e municipais relacionadas ao uso e ocupação do solo, como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto das Cidades, o Código Florestal, a Lei de Uso e Parcelamento do Solo, o Plano Diretor, a Lei Orgânica, o Código de Posturas, além de legislações ligadas a política pública prioritária, artigos e bibliografias complementares. Os Assistentes de Mobilização e Logística - AMLs, assim como os bolsistas, realizaram fichamentos e resumos das principais legislações que serviram posteriormente de subsídio para as atividades desenvolvidas junto aos SAEs. Durante as atualizações, os grupos inseriram legislações voltadas à gestão de recursos hídricos, de resíduos sólidos, gerenciamento costeiro, unidades de conservação (e planos de manejo), licenciamento ambiental, cadastro ambiental rural, ICMS Ecológico, patrimônio histórico e cultural, habitação, legislações orçamentárias, leis e decretos municipais correlacionados à gestão socioespacial.

Os Grupos de Estudo sobre a Linha de Ação C e as legislações mapeadas visam o aprofundamento sobre as leis que interferem nas questões socioespaciais em cada município, de modo a auxiliar na formulação de propostas para a incidência nas políticas públicas. Foram realizadas, no período analisado, 71 atividades, a maioria entre maio e setembro de 2020. Iniciados em abril com o núcleo de São João da Barra, os grupos de estudo seguiram os planos de ensino construídos pela equipe no Encontro Trimestral de fevereiro de 2020, que depois foram adaptados pelos educadores para a realidade de cada município a fim de suprir as especificidades dos grupos. As atividades tiveram como objetivo construir conhecimentos acerca da Linha de Ação C e das legislações correlacionadas, abordando conceitos de uso e ocupação do solo, planejamento territorial, diferença entre as Linhas de Ação A

e C e os principais pontos da legislação urbanística nos níveis federal, estadual e municipal. No decorrer dos meses, foram também abordados possíveis impactos da cadeia da indústria de petróleo e gás nas questões socioespaciais em cada município.

Em relação ao Programa de Formação e Desenvolvimento de Lideranças, foram realizadas em janeiro e fevereiro de 2021 reuniões de consulta e validação com os 13 Grupos Gestores Locais do projeto. Nestas reuniões, pôde ser validada a estrutura geral proposta para o programa e construídos coletivamente os conteúdos a serem abordados dentro de cada tema e as possíveis metodologias a serem executadas em cada encontro.

Como resultados não esperados, a situação resultante da pandemia de Covid-19 conduziu à necessidade de adaptação das atividades formativas ao ambiente virtual. Foram produzidos diversos materiais para divulgação em redes sociais e para utilização como material didático nas atividades com os Grupos Gestores Locais.

O cumprimento do resultado 4, referente ao **objetivo 4**, engloba ações de participação social e incidência política, por meio do diálogo entre a comunidade e o poder público, a fim de contribuir com a construção de pautas relacionadas à gestão socioespacial do território. Ao longo do primeiro ano da IV Fase, os Grupos Gestores Locais executaram 520 atividades, que englobaram elaboração/atualização de 12 dossiês das ações acerca das políticas públicas; 74 notícias sobre as atividades de controle social e incidência política; 124 monitoramentos e 15 divulgações do orçamento público; 5 peças de comunicação sobre as políticas públicas; 15 ações conjuntas com instituições, movimentos sociais e demais PEAs voltadas para acompanhamento, monitoramento e incidência política; 59 participações e 116 representações em espaços de controle social; 5 reuniões com o poder público; 14 monitoramentos sobre a aplicação das legislações socioespaciais de acordo com as políticas públicas prioritárias e os impactos da cadeia da indústria do petróleo; 14 participações em revisões do Plano Diretor; e apresentação de 83 propostas de incidência política ao poder público.

É importante ressaltar que em virtude da pandemia da Covid-19, não foi possível realizar nenhum evento local ou regional para deliberações de propostas de incidência política, tendo em vista a necessidade de participação presencial para sua execução.

Durante o primeiro ano da IV Fase, foram enviados 125 ofícios com demandas ao poder público sobre sua atuação e/ou esclarecimentos sobre sua atuação no município, tais como solicitação de documentos, relatórios e legislações, detalhamento de informações, realização de audiências públicas, encaminhamento de propostas de melhorias de políticas públicas, alterações regimentares, assim como indicação de representantes.

Foram elaborados e/ou atualizados 12 dossiês das ações acerca das políticas públicas, nos temas: saneamento básico, Conselho de Meio Ambiente, Conselho de Saúde, Plano Diretor, incidência política, ações do GGL e ações da IV Fase. Estes documentos contém o histórico de atuação do GGL na gestão ambiental pública, envolvendo participação social, representações e incidências políticas.

Além dos dossiês, neste período foram elaboradas e publicadas 74 notícias sobre as atividades de controle social e incidência política do Projeto NEA-BC, com conteúdos relativos às políticas públicas prioritárias e/ou relacionadas à legislação urbanística; aos espaços de controle social ou colegiados que o GGL atua e/ou participa; às conquistas de cadeiras de representação nesses espaços; às incidências políticas realizadas; às estratégias de controle social exercidas pelos integrantes do GGL; às atuações no planejamento orçamentário dos municípios; à pandemia do Coronavírus; às eleições municipais e ao monitoramento e funções dos Poderes Executivo e Legislativo. As notícias divulgadas no site da Associação Raízes, Youtube e Facebook do projeto NEA-BC.

O monitoramento do orçamento público e sua divulgação são estratégias para o controle social. No Plano de Trabalho da IV Fase do projeto NEA-BC consta como meta a realização de 52 monitoramentos do orçamento público e 4 divulgações, ao longo dos 48 meses de execução. Contudo, mesmo em meio à pandemia e à interrupção das atividades presenciais, a meta para estas

atividades foi ultrapassada em seu primeiro ano de execução, por meio da realização de 124 monitoramentos e 15 divulgações do orçamento público, com as informações coletadas no Portal da Transparência, Diário Oficial e nos sites da Câmara e Prefeitura de cada município (ver anexo VII). O monitoramento foi realizado tanto pela equipe técnica do projeto (educadores sociais, AMLs e bolsistas), em regime de home office (dados compartilhados com os comunitários), quanto em atividades realizadas com os GGLs.

No monitoramento, foi possível identificar movimentações da execução através do acompanhamento dos programas e ações orçamentárias, analisando as prioridades, metas e os gastos públicos, subsidiando o planejamento das ações do GGL que possibilitaram a proposição de melhorias na gestão ambiental pública (anexo VI). As divulgações do orçamento público foram realizadas por meio de notícias, elaboração de infográfico e criação de *websites*. Também foram produzidos outros materiais informativos para disseminação de conhecimento sobre as políticas públicas, o controle social e a incidência política, como os cinco vídeos elaborados pelo Grupo de Trabalho do Orçamento Público, composto por membros da equipe técnica do projeto NEA-BC, com os seguintes temas: Orçamento Público: O que é?; Orçamento Público: Receitas e despesas; Orçamento Público: Plano Plurianual; Orçamento Público: Lei de Diretrizes Orçamentárias; e Orçamento Público: Lei Orçamentária Anual.

A articulação entre projetos de educação ambiental e demais instituições da sociedade para construção de estratégias de controle social e incidência política totalizaram 16 atividades (Anexo IV).

O Grupo Gestor Local de Saquarema se articulou com representantes de instituições da sociedade civil organizada do município ligadas à temática socioambiental e associações de moradores para estabelecer estratégias para participação no processo de revisão do Plano Diretor no município. Ainda, através da articulação com conselheiros do Conselho de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Saquarema, houve a movimentação para a retomada das atividades do conselho e elaboração da proposta final de regimento interno do espaço colegiado.

O Núcleo de Cabo Frio participou de uma reunião de articulação do Fórum de Juventudes Cabofrienses, para efetivação do Conselho Municipal de Juventude e a etapa municipal da Conferência de Juventude. Além disso, primou pela convocação de outras instituições da sociedade civil e PEAs para o GT de elaboração do Plano Municipal de Educação Ambiental. De forma articulada, discutiram com o poder público e validaram a proposta de diagnóstico participativo enviado pela Associação Raízes/projeto NEA-BC para construção do plano. Ainda, os PEAs NEA-BC, Territórios do Petróleo, Pescarte, Observação, Rema e Quipea construíram um planejamento, com objetivos e definição de macrotemas a serem trabalhados em conjunto, determinando a criação de dois GTs sobre saneamento básico e orçamento público, para elaboração de propostas coletivas.

O GGL de Arraial do Cabo articulou com outras instituições e PEAs para fomentar a pauta da juventude por meio da efetivação de um conselho através de uma atividade para debate do tema e troca de experiências, a fim de criarem estratégias para atuação no município. Em Macaé, houve articulação para intervenção junto ao CBH Macaé, em defesa do direito ao acesso às informações (atas) das reuniões realizadas pelo colegiado, resultado da representação da Associação Raízes/projeto NEA-BC no CBH, fazendo com que outras instituições procurem o projeto como meio de diálogo com os demais representantes do espaço colegiado para demandas da população.

Os Núcleos de Campos dos Goytacazes, Rio das Ostras e Quissamã iniciaram o processo de articulação com outros PEAs para elaborar estratégias conjuntas para incidência política, sobretudo no que tange à apresentação de propostas às leis orçamentárias municipais (PPA 2022 – 2025). Ainda, a Associação Raízes se articulou com a Fiocruz para elaboração de documento com o parecer da fundação quanto ao edital de concessão do serviço de água e esgoto do estado. A associação fez um estudo de caso a partir das problemáticas ambientais vivenciadas e experiências de controle social no Comitê de Bacias Lagos São João, na Agência Reguladora de Energia e Saneamento do Estado do Rio de Janeiro (Agenersa) e no Ministério Público, com o objetivo de apresentar a ineficiência do sistema proposto e os impactos

negativos que ele produz. Em âmbito regional, as equipes do NEA-BC e Pescarte se reuniram para trocar conhecimentos sobre a estrutura do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João.

A participação em espaços de controle social possibilita diálogo entre sociedade civil e poder público, oportunidade de intervenções e apresentação de propostas para melhoria das políticas públicas. Ainda que impactado pela paralisação das atividades presenciais, os GGLs participaram por videoconferências de sessões da Câmara Municipal de Vereadores e audiências públicas de apresentação de metas fiscais, de leis orçamentárias (LDO e LOA), de projetos de empreendimentos (ligados ao licenciamento ambiental), e de políticas públicas (programas e planos setoriais). Além disso, os grupos participaram de conferência e consultas públicas – da Agenersa e do Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro de Rio das Ostras; de eventos, como o promovido pela Agência Nacional de Águas – ANA, o VI Fórum Águas e Juventude do CBH Macaé, a Rede Nacional dos Fóruns de Juventude em Recursos Hídricos e o VIII Encontro Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas; do Fórum Eleitoral do CBH Macaé e das Ostras; do GT para a construção do Plano Municipal de Educação Ambiental de Cabo Frio; do curso de formação de facilitadores Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - Agenda 2030; e da Comissão de Monitoramento do Porto Central – CAMPOC e dos seminários promovidos por ela; além das reuniões de conselhos municipais em que o GGL esteve presente, mas sem direito a participar das votações.

Em relação às representações, participação nos espaços de controle social com voz e voto, ao final do primeiro ano da IV Fase, foram 31 assentos, em que 27 são em nível municipal e quatro em nível regional (conforme anexo V). Totalizaram-se 116 reuniões para construção de políticas públicas e ações desenvolvidas dentro dos espaços colegiados, com apresentação de propostas e monitoramento da execução de políticas públicas.

Em relação ao diálogo com o poder público (reuniões), o GGL de Saquarema se reuniu com o executivo em três momentos diferentes, a saber: tratou sobre recurso do Comitê de Bacias Hidrográficas Lagos São João para projeto de

saneamento básico em Saquarema (Charqueado); propôs sobre o processo de revisão do Plano Diretor, transparência e participação popular; questionou aspectos da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021 e apresentou a proposta de criação do programa Gestão Ambiental com ações para o Plano Plurianual vigente e a Lei Orçamentária Anual de 2021. O Núcleo de Cabo Frio apresentou ao poder público a proposta para realização de diagnóstico participativo basilar a elaboração do Plano Municipal de Educação Ambiental e a proposta foi aprovada. O grupo de Quissamã se reuniu com o poder público para buscar esclarecimento sobre o processo de revisão do Plano Diretor.

Com foco na Linha de Ação C da Nota Técnica do Ibama, foram realizados 14 monitoramentos da aplicação das legislações socioespaciais de acordo com as políticas públicas prioritárias dos Grupos Gestores Locais e os impactos da cadeia da indústria do petróleo, que envolveram os Planos Diretores e aspectos relacionados às políticas públicas prioritárias dos GGLs, Planos Municipais de Saneamento Básico, Lei de Perímetros Urbanos, Lei Orgânica, Plano de Habitação e Interesse Social, Lei de Zoneamento, Código Tributário, Lei da Transparência, entre outros.

A participação nos processos de revisão dos planos diretores vem de fases anteriores do projeto NEA-BC, mas na IV Fase, em virtude da nova Linha de Ação, passou a ter uma atenção especial na atuação dos grupos. No primeiro ano da Fase, aconteceram 14 atividades de participação neste processo de revisão, subsidiadas pela preparação prévia dos comunitários através do monitoramento das legislações que regulamentam os territórios, grupos de estudos sobre a Linha de Ação C e as legislações socioespaciais, com foco nos impactos da cadeia do petróleo.

Em Arraial do Cabo, o GGL participou de todas as etapas do processo de revisão do Plano Diretor, fazendo interferências para garantia da participação social. Após o documento pronto, o GGL participou das duas audiências públicas de apresentação do plano, realizadas de forma on-line, propondo uma terceira, que foi realizada. O grupo de Quissamã também acompanha a revisão do Plano Diretor desde a fase passada (2019), através da representação no Conselho de Urbanismo e da participação em audiências públicas. Em 2020, o

GGL participou de reuniões com o poder público e com a empresa responsável pela elaboração do plano para tomar ciência sobre o resultado da etapa de diagnóstico, assim como da reunião pública para consulta à população. Em Saquarema, o grupo participou de todas as etapas da revisão do Plano Diretor do município realizadas até o momento. Tendo identificado que a proposta apresentada pelo poder público não estava clara e nem de acordo com os preceitos democráticos de participação popular garantidos por lei, realizou articulações com instituições e grupos do município e reunião com a prefeita para expor as preocupações, conseguindo a publicação de edital e maior transparência do processo. Além disso, elaborou propostas para a revisão da legislação, que foram protocoladas na Prefeitura.

Como resultado das ações do projeto, foram apresentadas 89 propostas de melhorias das políticas públicas, englobando revisão de planos diretores, projeto de saneamento básico, propostas ao orçamento público municipal, realização de audiências públicas, criação de canal para orçamento participativo, melhorias para regimento interno de conselho e modelo de diagnóstico participativo (ver Anexo VI).

Os resultados apresentam o engajamento dos comunitários e equipe do projeto, assim como de outras instituições da sociedade civil e PEAs para elaboração de estratégias de atuação. Essas ações levaram ao agendamento de reuniões com o poder público e, das 89 propostas apresentadas, 70 foram aprovadas e 23 executadas, o que denota que as intervenções da sociedade civil nas políticas públicas municipais são uma realidade do projeto NEA-BC.

No que se refere aos limites e dificuldades, em virtude da pandemia da Covid-19, que resultou na paralisação das atividades presenciais a partir de meados de março, as ações do projeto foram repensadas e adaptadas à nova realidade. A metodologia foi replanejada a partir do uso de novas ferramentas para a interação virtual, como as plataformas para reunião on-line e programas de produção de apresentações virtuais e vídeos, baseados nos resultados do diagnóstico aplicado aos Grupos Gestores Locais a fim de identificar suas condições e interesses de participação em atividades on-line. Ainda antes da finalização oficial do diagnóstico, em virtude das demandas dos GGLs em dar

continuidade às atividades educativas e de controle social, novas formas de participação foram inicialmente sendo testadas para execução do Plano de Trabalho por videoconferência, sempre com o cuidado de incluir os participantes que têm dificuldade de acesso e manuseio da internet. A chegada dos equipamentos e o acesso à internet contribuíram para a manutenção das atividades e a mobilização dos participantes.

8 – Execução físico-financeiro anual

Anexo VIII – Relatório Físico-Financeiro

9 – Considerações Finais

Os Grupos Gestores Locais seguem no processo de participação e controle social, combinando ações diagnósticas, formativas e interventivas, contribuindo para o objetivo de mitigar os impactos socioambientais sobre o uso e a ocupação do solo consequentes da cadeia produtiva da indústria do petróleo e gás, a partir de organização e participação das comunidades na gestão socioespacial nos municípios da Bacia de Campos. Essa participação e fortalecimento da parceria com o poder público se mostram qualificadas por meio dos processos formativos, realização de grupos de estudo e de trabalho, nos quais os grupos gestores se preparam e são organizadas as demandas coletivas para levar aos espaços colegiados.


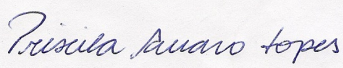



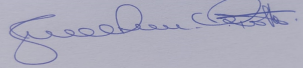
As atividades realizadas na Linha C como o mapeamento das legislações, formações voltadas a essa temática e as ações de participação em diferentes espaços e políticas públicas relacionadas às políticas da gestão socioespacial, como os planos setoriais e urbanísticos (Plano Diretor e legislações correlatas), resultaram em apresentação de propostas de alteração para melhoria destas ou elaboração conjunta com o poder público.

10- Responsáveis pelo Projeto

10.1 – Responsável Institucional

INSTITUIÇÃO:	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - UN-BC
Cristina Guerreiro de Meneses	Gerente Setorial SMS/LCA/MPL-E&P-FC/MPL-AGP

10.2 - Equipe coordenadora e responsável por este relatório

NOME	ÁREA PROFISSIONAL	CONSELHO REGIONAL	CADASTRO IBAMA	ASSINATURA
Sandra Rangel de Souza Miscali	Assistente social	CRESS 15517	6235906	
Priscila Amaro Lopes	Bióloga	CRBio 71553/02	5249831	
Fernanda Santos	Advogada	OAB/RJ 176.573	7257644	
Fabiana Reis	Historiadora	-	7255621	
Willian Batista	Geógrafo	-	7813788	
Guilherme Roberto	Comunicador	-	7813996	

Anexos

- Anexo I – Planilha de Atividades
- Anexo II – Planos de Trabalho Monitoramento Resultados
- Anexo III – Peças de Comunicação
- Anexo IV – Articulação com PEAs
- Anexo V – Representações
- Anexo VI – Monitoramento das Propostas de Incidência
- Anexo VII – Monitoramento dos resultados
- Anexo VIII – Relatório Físico-Financeiro
- Anexo IX – Diagnóstico sobre as condições de participação dos SAEs no período da pandemia
- Anexo X – Relatório Anual de Atividades Resumido
- Anexo XI – CTF